



University of Dundee

Algumas linhas sobre epistemologias periféricas

Fernandes, Fernando Lannes; Silva, Jailson de Souza e; Melino, Heloisa; Barbosa, Jorge

Published in:
Periferias no Plural

Publication date:
2023

Document Version
Publisher's PDF, also known as Version of record

[Link to publication in Discovery Research Portal](#)

Citation for published version (APA):
Fernandes, F. L., Silva, J. D. S. E., Melino, H., & Barbosa, J. (2023). Algumas linhas sobre epistemologias periféricas: Experiências da UNlperiferias, seus conceitos direcionadores e frentes de atuação. In P. Ramos, J. Santos, V. Braga, & W. Habermann (Eds.), *Periferias no Plural* (pp. 341-366). (Reconexão Periferias). <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/periferias-no-plural/>

General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in Discovery Research Portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

PERIFFERIAS NO PLURAL

Organizadores
Paulo César Ramos
Jaqueline Lima Santos
Victoria Lustosa Braga
Willian Habermann



**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**
BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

A periferia emergiu como questão fundamental das pesquisas urbanas brasileiras na década de 1970. Tratava-se de um termo empregado pela academia para designar territórios distantes do centro das cidades, carentes de infraestrutura, onde se concentrava a população pobre, predominantemente migrante, em terrenos irregulares e casas autoconstruídas. Eram os territórios das chamadas classes populares urbanas e berço de novos personagens que entraram na cena política como atores cruciais para a redemocratização brasileira.

Contudo, a periferia passou a ser vocalizada como categoria identitária apenas a partir da década de 1990. O periférico, antes objeto de pesquisas, assumiu a posição de sujeito enunciativo de sua própria experiência e perspectiva, bem como de denunciador da persistência da pobreza e da precariedade e o crescimento da violência, apesar da mudança de regime político e de transformações em porções destes territórios.

Deste momento em diante, assistimos a um verdadeiro transbordar das periferias. Primeiramente através das produções artísticas e culturais que, tendo o rap e o hip-hop como vanguarda, assumem variadas modalidades, fornecendo elaborações incontornáveis dos sentimentos e mentalidades de negros e pobres. Além disso, as políticas públicas dos anos 2000 resultaram na inclusão de significativa parcela de jovens periféricos nas universidades. Ou seja, são negros e pobres ocupando centros de produção de conhecimentos, narrativas, histórias. Vemos, agora, uma enorme disseminação da identidade periférica. Movimentos político-culturais das mais diversas origens e clivagens (urbanas, rurais, interioranas, tradicionais, originários etc.) encontraram na categoria “periferia” uma síntese de suas condições e propostas de transformação.

Se há elementos comuns às várias acepções do periférico aqui mencionadas, certamente passam pelas lutas por democratização e reconhecimento no Brasil contemporâneo. A periferia representa a aliança de sujeitos que incorporam uma série de identidades subalternas em luta. Na história brasileira das últimas décadas, sempre que vislumbramos um periférico ocupando uma posição de poder, estamos diante de uma evidência inconteste de democratização.

Danilo França (UFF / AFRO-CEBRAP)

Danilo França é professor de Sociologia da Universidade Federal Fluminense e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

PERIFFERIAS
NO **PLURAL**

PERIFFERIAS NO PLURAL

Organizadores

Paulo César Ramos
Jaqueline Lima Santos
Victoria Lustosa Braga
Willian Habermann

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**
BRASIL



FUNDAÇÃO
Perecu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos
Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto
Vice-presidenta: Vivian Farias
Elen Coutinho, Naiara Raiol, Alberto Cantalice, Artur
Henrique, Carlos Henrique Áraabe,
Jorge Bittar, Valter Pomar, Virgílio Guimarães

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis,
Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader,
Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macacé
Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori,
Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Revisão

Angélica Ramacciotti
Claudia Andreoti

Editoração eletrônica

Antonio Kehl

Imagem de capa

Wilson Formiga: “Eu mesmo me carrego”

Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil

Representante e Diretor Geral da FES no Brasil
Christoph Heuser

Responsáveis pela publicação

Jaqueline Lima Santos, Diretora de Projetos
Willian Habermann, Diretor de Projetos

Contato

fesbrasil@fes.org.br

O uso comercial de material publicado pela
Friedrich-EbertStiftung não é permitido sem
a autorização por escrito.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem
necessariamente as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O livro *Periferias no plural* compõe a coleção Reconexão Periferias.

Coordenador do Projeto

Paulo César Ramos

Consultora da área de cultura

Victoria Braga

Equipe

Isaias Dalle, Léa Marques, Matheus Toledo, Rose Silva, Ruan Bernardo,
Sofia Helena Monteiro de Toledo, Victoria Lustosa Braga, Vilma Bokany

Periferias no plural [livro eletrônico] / Paulo César Ramos et alii (orgs.) – São
Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.

487p.

ISBN: 978-65-5626-098-3

1. Cultura periférica 2. Violência 3. Desigualdade social 4. Mercado de
trabalho 5. Movimentos sociais 6. Minorias 7. População de rua 8. Espaço
urbano 9. Política de drogas 10. Economia periférica 11. Saúde mental
12. Racismo I. Ramos, Paulo César (org) II. Santos, Jaqueline Lima (org)
III Braga, Victoria Lustosa (org) IV. Habermann, Willian (org)

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 • São Paulo • SP • Brasil
Fone: (11) 5571 4299
www.fpabramo.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil - FES Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 • São Paulo • SP • Brasil
<https://brasil.fes.de>

Sumário

Apresentação	9
<i>Artur Henrique e Christoph Heuser</i>	
PARTE I. Quando a reconexão acontece: contribuições do Projeto Reconexão Periferias.....	13
Introdução. Por que falar em periferias no plural?	15
<i>Paulo César Ramos, Jaqueline Lima Santos, Victória Lustosa Braga e Willian Habermann</i>	
Periferias, Cultura e Política. A centralidade dos grupos periféricos para a construção de um horizonte mais democrático	45
<i>Victória Lustosa Braga</i>	
Periferias, Violência e Desigualdades. Trajetórias de politização das mortes violentas e diálogos com movimentos e territórios violentados	59
<i>Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa</i>	
Periferias e Trabalho Informal. Desafios de uma ação política que tem como protagonistas as mulheres e homens da classe trabalhadora	75
<i>Léa Marques</i>	
Democracia e sobrevivência em territórios periféricos. Casos da <i>Revista Reconexão Periferias</i>	85
<i>Rose Silva e Isaías Dalle</i>	

Trajétória de pesquisas NOPPE sobre sujeitos de conhecimento	95
<i>Vilma Luiza Bokany e Matheus Tancredo Toledo</i>	
PARTE II. Periferias, conflito e estrutura social: uma ampliação do conceito de periferias.....	109
PERIFERIAS (IN)VISÍVEIS	111
Calçadas Periféricas. População de rua, distâncias invisíveis e outras possibilidades	113
<i>Giovanna Olinda</i>	
Visibilidade e reconhecimento na atuação de coletivos sobre políticas de drogas do Brasil.....	131
<i>Júlio César Rigoni Filho</i>	
PERIFERIAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	145
A tríade <i>periferização-espoliação-segregação</i> como nexo interpretativo da urbanização brasileira. Notas sobre povos e comunidades tradicionais em espaços fronteiriços.....	147
<i>Juliana Luquez</i>	
Pluralidade das periferias brasileiras. A conjuntura indígena no contexto urbano.....	169
<i>Joana Sirley da Costa Porto e Rafael Silva Santos do Carmo</i>	
Na periferia das periferias, de territórios e corpos. Povos indígenas e corpos indígenas, uma luta de mais de 500 anos!	185
<i>Givanildo M. da Silva</i>	
Andanças na beira do rio: Desterritorializando periferias, reterritorializando identidades.....	201
<i>Cledisson Júnior</i>	
PERIFERIAS RURAIS.....	213
Rede de Comercialização Solidária Trem Bão. A construção da precificação justa	215
<i>Ana Maria Rodrigues de Carvalho, Elisa Carvalho Lauer e Laura Pampana Basoli</i>	

PERIFERIAS URBANAS.....	229
Do estigma ao orgulho. <i>Sujeitas e sujeitos periféricos</i> como agentes políticos das transformações nas maneiras de classificar as periferias urbanas.....	231
<i>Tiaraju Pablo D'Andrea</i>	
“Estamos vivos”. As relações entre as dinâmicas das periferias e o movimento hip-hop no interior de São Paulo a partir da Casa do Hip-Hop de Piracicaba	243
<i>Carolina Hummel Hara</i>	
Economias periféricas para sobreviver na adversidade. Da integração negativa à reprodução crítica em periferias urbanas brasileiras.....	271
<i>Thiago Canettieri Gabriel Lucas Martins</i>	
<i>Luísa Silva e Santos^e Bárbara Moreira de Andrade</i>	
Entre relatos e letras de rap. A degradação ambiental e o surgimento das periferias de Manaus (1970-1990)	293
<i>Richardson Adriano de Souza</i>	
Rimas e resistência na batalha do complexo. Violência e racismo na periferia de Porto Seguro/BA	319
<i>Roberta Teixeira Nascimento</i>	
Algumas linhas sobre epistemologias periféricas. Experiências da UNlperiferias, seus conceitos direcionadores e frentes de atuação	341
<i>Fernando Lannes Fernandes Heloisa Melino</i>	
<i>Jailson de Souza e Silva^e Jorge Barbosa</i>	
PERIFERIAS NO CENTRO	367
Periferias no centro da atenção. O senso comum ressignificado na esfera pública digital da internet	369
<i>Cinthyra Pires Oliveira e Adilson Vaz Cabral Filho</i>	
Slams Batalhas de poesia, Congá, encruzilhada e laboratório.....	391
<i>Gabriela Costa Lima</i>	
PERIFERIAS ECONÔMICAS	415
Novas dinâmicas de empoderamento e conflitos trabalhistas. Um estudo a partir de duas categorias de trabalhadores periféricos	417
<i>Alexandre Guelerman</i>	

Periferias econômicas. Produção de resistências a partir do
cooperativismo e do encontro com as periferias (in)visíveis..... 445
Leonardo Penafiel Pinho e Cláudia Pellegrini Braga

PERIFERIAS GLOBAIS 465

Afeto, circularidade e saúde mental das mulheres negras.
Desatando os nós Entre Nós..... 467
Ana Luísa Coelho Moreira

As periferias e a terra. Uma entrevista com Fatima Ouassak sobre
o livro *Por uma ecologia pirata* 487
Luciana Landgraf
Alexsandro Arbarotti

Algumas linhas sobre epistemologias periféricas

Experiências da UNPeriferias, seus conceitos direcionadores e frentes de atuação

*Fernando Lannes Fernandes¹, Heloisa Melino²,
Jailson de Souza e Silva³ e Jorge Barbosa⁴*

Introdução

Nos tempos presentes, o ódio e a indiferença social predominam no debate público, na retórica política e nas narrativas midiáticas na sociedade – inclusive ganhando sua sustentação no desrespeito provocado por discursos étnicos, morais e religiosos frente ao outro. Nessa cena social regressiva, materializa-se, como fundamento da política, o que definimos como “paradigma da hostilida-

¹ Codiretor na Universidade Internacional das Periferias (UNPeriferias) e Reader (Community Education) na University of Dundee. Membro fundador do Observatório de Favelas (Brasil). Atua, desde 2001, em desenvolvimento urbano, violência e direitos humanos.

² Jurista Social e pesquisadora sênior na Universidade Internacional das Periferias (UNPeriferias). É doutora, mestra e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assim como especialista em Políticas Públicas de Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ). É ativista feminista e LGBTQIA+.

³ Jailson é negro, nordestino, filho de migrantes, nascido nas periferias do Rio de Janeiro. Graduou-se em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984). Possui doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado pela John Jay College of Criminal Justice – City University of New York. Fundou o Observatório de Favelas no Rio de Janeiro. Fundador e atual diretor geral da UNPeriferias.

⁴ Geógrafo, doutor em Geografia com Pós-Doutorado em Geografia Humana. Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFE, fundador do Observatório de Favelas, membro do Conselho Diretor e pesquisador da UNPeriferias. É autor, dentre outros, de *Favela alegria e dor na cidade* (2005), *O novo carioca* (2012), *Solos Culturais* (2013).

de”. Esse paradigma tem como bases o temor do “outro”, do diferente, a crença de que o Estado se tornou incapaz de proteger o “cidadão de bem” e, por isso, este precisa se armar para defender a si e sua família. Sua lógica hiperindividualizada e a identificação de seus defensores com grupos políticos de extrema direita gera uma grande ameaça à democracia, à diversidade e ao Estado democrático de direito. Inerente a esse paradigma, mas não apenas a ele, o sectarismo, em suas diversas formas, é outro elemento que sobressai, fruto da intensa e crescente polarização social. O sectarismo se faz presente em várias agendas ideológicas, intensificando tensões políticas, sociais e simbólicas. Os discursos e práticas assinalados estruturam a atual conjuntura brasileira, favorecendo o processo de desumanização de grupos sociais inteiros, assim como legitimando e ampliando a eliminação física e/ou a invisibilidade simbólica (ou apagamento simbólico) de pessoas marcadas como descartáveis, tais como os jovens negros, as pessoas trans, as pessoas usuárias de *crack*, traficantes de drogas etc.

Nesse plano discursivo, as moradias populares – favelas, periferias, cortiços, ocupações e tipos assemelhados – são apreendidas a partir de representações simbólicas estereotipadas, partindo de um ideal de cidade centrada no consumo e no reducionismo econômico. Assim, esses territórios são imaginados a partir de suas pretensas ausências e tipicamente associados a rotulações negativas e preconceituosas. Ao fim, reforçam-se características físicas e sociais consideradas como inferiores aos padrões normativos definidos pelos regimes estéticos hegemônicos e pelos modelos conservadores de habitabilidade urbana.

Da mesma maneira, pessoas negras, indígenas, mulheres, lésbicas, *gays*, bissexuais, pessoas trans, travestis e intersexo são alvo de forte estigma, violências simbólicas, políticas, econômicas, físicas e até mesmo são alvo de grupos que buscam o extermínio do que consideram ser “grupos minoritários”. Como parte desse extermínio, são retratadas(os)(es) a partir de preceitos negativos que desqualificam suas histórias, seus saberes, fazeres e produções de vida. Assim, além dos espaços geográficos, entendemos como *periféricas* todas as pessoas e comunidades que são *monstrualizadas* por não fazerem parte da cis-heteronorma, que constrói o sujeito de direitos humanos, assim como o sujeito universal de conhecimento, a partir da branquitude, cisgeneridade, heterossexualidade, o identificando com o cristianismo, a propriedade privada e o acúmulo de terras, meios de produção e riqueza (MELINO, 2017).

Nós, autoras e autores deste capítulo, somos parte desses grupos periféricos. Somos colaboradoras(es) da UNIPeriferias, uma organização da sociedade civil que tem sede na favela da Maré, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Temos formações, idades, tempos de carreira, corpos e históricos de vida distintos. Construimos nossa equipe, assim como nosso trabalho e nossas vidas, a partir da certeza de que nossas diferenças, assim como toda a diversidade da experiência humana, são enriquecedoras de nossas construções, projetos políticos, sociais, educacionais e comunitários. Aqui trazemos alguns dos conceitos que vêm sendo trabalhados em nossa organização desde antes de sua fundação, até as épocas mais recentes, como o *Paradigma da Potência*, a *Pedagogia da Convivência* e a proposta de *Epistemologias Periféricas*. Esperamos, a partir disso, colaborar para a construção de novos caminhos, novas ideias e novos mundos, não buscando um novo universal, mas um pluriverso de existências possíveis, em uma sociedade que seja mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Narrativas de origem do Paradigma da Ausência

O pensamento hegemônico em relação ao espaço urbano considera natural classificar como territórios “desprovidos”, “desfavorecidos”, “desprivilegiados”, “pauperizados” ou “carentes” as ocupações urbanas com limitado acesso à infraestrutura e serviços públicos, e com baixo perfil de status social (baixos níveis educacionais, alto índice de desemprego, precariedade no trabalho, prevalência de indicadores precários relacionados à saúde, e assim sucessivamente). As adjetivações contribuem para a conformação de uma crença urbana, na qual a depreciação simbólica, a partir dos discursos elaborados e disseminados pela mídia de massa, torna-se senso comum. O mesmo processo ocorre com narrativas distorcidas – conversas informais, piadas – fazendo com que políticas públicas reproduzam conformações a esses imaginários.

Afirmar que os territórios populares têm o devido direito à cidade, em particular no que diz respeito ao acesso a equipamentos e serviços concentrados, em geral, nos bairros dos grupos sociais enriquecidos, é determinante para sustentar reivindicações por investimento estatal, capazes de garantir melhores padrões de vida e legalmente viabilizar o uso social pleno das potências dos

territórios (SILVA; BARBOSA & SIMÃO, 2020). Esse reconhecimento preliminar é nuclear para a reformulação de políticas habitacionais e urbanas: as reivindicações legitimam-se pela produção do conhecimento, opinião pública e obtenção de dados oficiais, com os quais conjuntamente se demonstre a escassez de recursos e meios para se obter condições dignas de vida. Reconhecer tais características de desigualdade é ato fundamental para se alcançar padrões dignos de vida. É matéria de preocupação, no entanto, quando a ênfase recai única e exclusivamente na ausência ou no que os territórios *não são*, pois assim fatores relevantes são omitidos, tipicamente ignorados ou mitigados. A essa forma de pensar, representar e agir chamamos de “Paradigma da ausência”. Seu pressuposto é o não reconhecimento de estratégias resultantes de formas autênticas de “resiliência”, tampouco admite formas e estilos de vida deslegitimados por referências sociais, culturais, políticas e estéticas hegemônicas.

São, fundamentalmente, *habitus* sociais (BOURDIEU, 2003) desenvolvidos sob as condições específicas de vida, simbolicamente depreciadas como parte integrante do processo de distinção corpóreo-territorial de direitos – recorrentes no espaço urbano. O processo simbólico-depreciativo é parte de uma dinâmica ainda mais ampla, que envolve a produção de narrativas que buscam adesão popular e, também, justificar ações do Estado, as quais beneficiarão setores específicos da sociedade, em detrimento de outros. Essas práticas são conduzidas por elites econômicas e políticas, que fazem uso da violência simbólica – muitas vezes física – para manter o *status quo* (BOURDIEU, 1992). Executadas sob a égide da racionalidade instrumental (MIGNOLO, 2003), interesses do mercado e uma visão formal da democracia, intervenções urbanas de variadas ordens centradas no paradigma da ausência são apresentadas como benéficas para uma parcela mais ampla da sociedade, embora seja a elite enriquecida que usufrua dos meios que garantem o bem-estar material na dinâmica de funcionamento da *urbe*.

As “pedagogias da monstrualização”

As “pedagogias da monstrualização” operam mecanismos ampliados da inculcação, os quais também conformam o *habitus* social no espaço urbano. Aprendemos a odiar, a ser indiferente e a ignorar o Outro, sustentando atitudes estigmatizantes e depreciativas ao incorporar a narrativa da aversão social

(TYLER, 2013), do descarte (GIROUX, 2010), e da negação (BAUMAN, 2009); reunidos, configurando processos de não civilização (RODGER, 2013) dos grupos tratados como marginalizados. As citadas “pedagogias” estão no âmago dos processos de negação do outro, do diferente, gerando e reproduzindo tensões sociais, cujo impacto é profundamente perverso para a convivência na cidade. Aniquilam qualquer traço de humanidade, ao fazer uso de narrativas difusas e dispersas que gradualmente produzem verdade ou “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1976). Não apenas engendram mentalidades e formas de compreensão (nesse caso, relacionado ao Outro), mas também justapõem um sistema de valores hierárquicos no qual dois processos, em paralelo, ocorrem. O primeiro é o da “profecia autorrealizável”: comportamentos previsíveis, usados como rótulos estigmatizantes, reforçam as características e situações em que a aversão social, a desaprovação e o ódio, se moldam.

Em palavras mais simples e diretas: ao basearem-se em comportamentos previsíveis, sistemas são instituídos para que as pessoas falhem. Já o segundo, o processo da “aniquilação simbólica”, pode ser tão forte a ponto que qualquer tentativa de produzir contranarrativas enfrentará resistências baseadas em “filtros” determinados por representações sociais inculcadas – que buscam, ainda, naturalizar como inferior qualquer argumento contrário às explicações dominantes. Ou seja, a voz de grupos estigmatizados é limitada aos apoiadores comuns e enfrenta forte resistência para sensibilizar aqueles que, em si, já carregam alguma forma de pré-julgamento. Em síntese, estratégias de distinção social, racial, de sexo-gênero, sexualidade etc. operam para reforçar hierarquias de humanidade e opressão pelo uso da violência simbólica, baseada em processos pedagógicos que naturalizam a indiferença, a aversão social e o ódio – elementos constitutivos das contradições sociais reproduzidas no espaço urbano. A humilhação pública e a desumanização de grupos específicos resultam de tais pedagogias.

Estigma territorial e narrativas de origem da representação da Favela

A dinâmica espacial da concentração e da estigmatização é considerada, em especial no sistema teórico do sociólogo Loïc Wacquant (1999, 2008), como um dos componentes estruturais da “marginalidade avançada”. Por estigmati-

zação territorial, Wacquant considera a tendência de “conglomerar e coalescer em torno de áreas ‘complexas’ e ‘cerceadas’, as quais os próprios residentes as identificam, não menos do que aqueles de fora, como “buracos urbanos de inferno” abundantes em ausência, imoralidade e violência; onde apenas excluídos pela sociedade dominante considerariam viver” (WACQUANT, 1999, pp. 1.643-44). Ele também é enfático sobre a diminuição da sensação de comunidade frente à esfera do consumo privatizado e às estratégias de distanciamento (“eu não sou um deles”); tais estratégias de distanciamento enfraquecem solidariedades locais e confirmam percepções depreciativas do território.

Concordamos que a estigmatização ofusca “diferenças estruturais e funcionais subjacentes à distribuição espacial desigual de pobreza e desvantagem, assim como desvincula questões de culpabilidade do Estado e dos setores privados” (HANCOCK and MOONEY, 2013, p. 53). Ato contínuo, igualmente concordamos que representações sociais sustentadas pela estigmatização exercem papel expressivo para favorecer políticas e práticas orientadas para a manutenção do controle das estruturas de poder e da tomada de decisão (HALL et al., 2013; WACQUANT, 2010; TYLER, 2013), as quais, em conformidade com a agenda neoliberal, têm sido agredidas por interesses mercadológicos – retirando do Estado e da sociedade civil os meios para atingir deliberações socialmente justas (GIROUX, 2011). A depreciação simbólica de grupos socialmente desiguais reforça o desequilíbrio do poder e a fraqueza da democracia na cidade e, como consequência, do Direito à Cidade.

No Brasil e, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, as representações sociais das favelas e de outros territórios populares foram fundamentais para mantê-los destituídos de representatividade nos direcionamentos do desenvolvimento urbano e nas políticas públicas abrangentes. A desmoralização dos moradores de favela, tratados como “cidadãos de segunda classe” (ou “não cidadãos), conjuntamente com outros rótulos negativos, foram historicamente utilizados para reter, no território das favelas, os moradores em condições de desigualdade (SILVA; BARBOSA & SIMÃO, 2020). O ato de circunscrever favelas como entidades isoladas da produção do espaço urbano, também tem sido ideologicamente utilizado para expô-las, não como pertencentes à cidade, mas como áreas problemáticas cuja única solução viável seria eliminá-las fisicamente – tal como a ideia de “câncer urbano” (FERNANDES, 2005). Embora

ultimamente a ideia de eliminação (“remoção”) ainda ecoe, mais ênfase tem se dado à necessidade de simbolicamente (e, onde possível, fisicamente) eliminar aquele que é seu produto social: a pessoa favelada.

O reconhecimento (legal ou por políticas públicas) de que a favela é parte integrante da vida urbana não pôde completamente evitar que o velho discurso da “remoção” perdurasse. Desencadeou, pelo contrário, novos processos sociais cujo ataque simbólico ao território e seu povo agravou-se. A criminalização das pessoas moradoras de favelas – e a patológica referência ao comportamento criminal – funcionam como núcleo para o ataque simbólico. Não é sem motivo, portanto, que a emergência de grupos civis armados em favelas e a resposta militarizada do Estado têm sido objeto de debates mais abrangentes no campo da segurança urbana associado aos direitos humanos (SOUZA, 2009; SILVA, 2002). Por outro lado, a criação de movimentos que tratam moradia, educação e cultura como direitos, tem gerado novas tensões que contestam rotulações estigmatizantes ao reafirmar a importância de grupos, coletivos e sujeitos sociais para as disputas políticas e simbólicas na cidade.

Os processos descritos por Wacquant (1999, 2001) são principalmente analisados em países considerados desenvolvidos – especialmente França e Estados Unidos da América – e nos respectivos territórios formados pelo Estado, como os guetos estadunidenses e a *banlieu* francesa – descritas como “criaturas das políticas do Estado” (WACQUANT, 1999). Percebemos, entretanto, limites nessa estrutura conceitual. São evidentes as diferenças históricas, conjunturais e qual modelo o neoliberalismo tomou em cada localidade. Conceitos como o de “estigma social”, de “objetificação” e “homogeneização” do território e de seus moradores(as) desconsideram o poder inventivo de sujeitos coletivos oriundos de espaços marcados pela desigualdade.

É ainda necessário abordar criticamente as reverberações de “estigma territorial”, relevante referência frente aos processos ideológicos que, ao rotularem bairros, contribuem para discriminá-los mais amplamente. Quando descontextualizados e tomados de forma objetiva, tais conceitos não consideram alguns processos sociais a partir dos quais grupos estigmatizados, como as favelas, se formaram. De fato, favelas e periferias são, essencialmente, espaços de múltiplas existências, por isso carregam uma forte e positiva imagem a partir da visão dos movimentos sociais e de seus próprios moradores e mora-

doras. A questão é que, quando há ênfase na “ausência” e “imoralidade” em tais territórios, ignora-se as forças que tomam forma, não apenas como novas configurações de ativismo social, mas também, e ainda mais importante, nas práticas das pessoas simbolicamente destituídas de representatividade social, cultural e política.

Se o status simbólico das favelas e de outros territórios marcados pela desigualdade compartilham uma representação social sustentada por ideias de “privação” e “carência” (SILVA, 2002), sua narrativa de origem orienta outras representações que acompanharam a ideia de ausência em um sentido mais abrangente. São exemplos as tantas intervenções políticas e projetos de caridade que consideram assumir a “cidadania” de territórios onde não existe cidadania (ou há uma cidadania de “segunda classe”). Outro exemplo é a consideração de “falta de adequação” quando comparados a bairros considerados “normais” (SILVA & BARBOSA, 2005; SILVA et al., 2009). Para tanto, suas representações poderiam ser retratadas como “subnormais”, como ainda os conceitua o censo do IBGE de 2010. A “anormalidade” pressuposta foca em um padrão normativo produzido a partir das perspectivas de classe; não casualmente, ela ignora características de força potentes dos territórios, não obstante sua evidente existência (SILVA et al., 2009).

Soma-se, às situações referidas, uma camada de complexidade quando tomam forma a violência urbana e seus efeitos colaterais associados: o preconceito, a discriminação, a estigmatização e a indiferença – originados e radicalmente agravados com as relações racializadas de poder. Isso explica por que é preferível se referir a esses territórios (e aos sujeitos) como dissonantes do padrão dominante. Trata-se de pessoas que sofreram um processo histórico de aniquilação simbólica que as destituiu da produção do urbano ou da cidade ao considerá-las entidades isoladas, tal como a representação do “câncer urbano” reproduzida no início do século XX. Não se limitando a isso, a falta do reconhecimento das forças positivas das favelas e periferias tem historicamente mitigado a possibilidade de considerar um projeto de urbanização que trate a favela e a periferia como possível ponto de partida, em vez de ponto de chegada para intervenções “arbitrárias” (ou supostamente democráticas), as quais ignoram a potência desse território. O processo histórico da aniquilação simbólica das favelas pode, portanto, ser considerado uma forma violenta de

“esquecimento organizado” (GIROUX, 2014), no qual o status de cidadania da pessoa moradora de favela é abreviado em face à “ignorância”, ao “analfabetismo” e outras generalizações usadas como forças simbólicas para manipular, explorar e silenciar.

Racismo, misoginia e LGBTIfobia estruturais

O racismo, a misoginia, a presunção de cisgeneridade e a heterossexualidade compulsória são também parte da estrutura e das narrativas hegemônicas que circulam em nossa sociedade, quando as agendas de pessoas negras, povos indígenas, mulheres e de pessoas LGBTQIA+ são relegadas a segundo plano e tratadas como de menor importância, ou taxadas de “pautas identitárias”. Esses grupos políticos, no entanto, não são identitários, mas reivindicam e demonstram a importância de que as identidades também sejam consideradas na política, uma vez que o estigma sobre essas populações também faz parte da estrutura que costura o tecido social. Isso fica comprovado quando nos remetemos à história do capitalismo, enquanto sistema mundial de poder (QUIJANO & WALLERSTEIN, 1992) e reconhecemos que a modernidade precisou do colonialismo para acontecer, como ainda precisa que as formas de relação criadas naquele período sejam reproduzidas, reforçadas e atualizadas, o que intelectuais latino-americanos chamam de colonialidade do poder (QUIJANO, 1999, 2000, 2005). Colonialidade porque é a reconfiguração das relações coloniais para manutenção do poder eurocêntrico e estadunidense sobre o resto do mundo.

A degradação da posição social da mulher na Europa foi um processo que levou mais de 200 anos para se consolidar. Quando a ideia de que homens e mulheres são determinados biologicamente a partir da forma de sua genitália (dimorfismo sexual) chegou nas Américas, “ser mulher” já era um lugar de desvalorização (FEDERICI, 2007; LUGONES, 2007). Essa divisão ganha outros contornos quando os colonizadores reparam que os povos nativos das Américas e da África não tinham, sempre, as mesmas hierarquias sexuais/de gênero e nem as mesmas práticas sexuais (MCCLINTOCK, 2010; OYERONKÉ, 2017). Presumiam que parte dos motivos de os povos indígenas e africanos serem inferiores aos brancos era que nem sempre distinguiam entre os sexos da mesma forma que as classes dominantes europeias (SCHULLER, 2017).

As hierarquias sexuais (ou de sexo-gênero), a imposição da heterossexualidade, o modelo familiar nuclear e a invenção da raça como categoria de separação entre os seres humanos mais ou menos evoluídos, assim como as relações de trabalho, são basilares para o sistema mundial de poder em que vivemos (QUIJANO, 2000). Da mesma maneira, a formação do Estado-Nação e as noções de democracia e cidadania também são fundantes do sistema mundial de poder capitalista, pois foi com a riqueza da exploração das terras e corpos colonizados que as nações europeias enriqueceram, que se criou uma classe burguesa na Europa e que, por fim, erigiram-se os Estados-Nação como forma de organização social, e o capitalismo como um sistema mundial de poder.

O processo de configuração do Estado-Nação se inicia com um poder político central sobre um território, que precisa ser mais ou menos estável por um longo período, exercido sobre sua população. Na Europa, esse processo aconteceu com dois movimentos históricos: um colonialismo interno, que promovia a “limpeza do sangue” e expulsou e dizimou povos que não se adequavam à ideia de “igualdade” das classes dominantes; e outro colonialismo, este imperialista, iniciado com a invasão às Américas, o genocídio e escravização dos povos nativos, a dominação de terras, entregues aos europeus, e a extração de riquezas, para ampliar o poder das nações colonizadoras, a princípio, Portugal e Espanha, e em seguida, Inglaterra, França e Holanda (DUSSEL, 1993, 2005).

A classificação da população mundial a partir da ideia de raça é combinada com as hierarquias de sexo-gênero e com as relações em torno do trabalho de acordo com as necessidades do capital em cada contexto histórico e geográfico (LUGONES, 2007; MIGNOLO, 2003). Na Europa e para os homens “brancos”, são as relações salariais que prevalecem; no mundo colonial, para os “negros”, “indígenas”, “mestiços”, são as relações servis ou de escravização. Essa reclassificação social, além de distribuir a população do mundo na organização do trabalho, também a distribuiu entre as instituições públicas e privadas de controle da sociedade. Foram as necessidades do mercado de individualizar e igualar as pessoas até os limites de seu interesse que deram a base das lutas sociais pela nacionalização dos Estados europeus, assim como pela fundação da *cidadania* e da *democratização*.

Ao passo que, na Europa, impérios se reconfiguraram em Estados-nação, na América Latina foram instaurados impérios coloniais sobre sociedades

identificadas como racialmente inferiores. Esses impérios coloniais bloquearam os processos de nacionalização das sociedades colonizadas e, quando os processos de formação de Estado-nação finalmente aconteceram, levaram à independência, mas não à descolonização, porque se manteve a dependência econômica dos Estados-Nação europeus (DUSSEL, 1993, 2005; LANDER, 1997, 2005; QUIJANO, 1999, 2000, 2005). Os novos Estados da América Latina não podiam ser considerados nacionais, e as elites brancas que dominavam (e ainda dominam) os processos de geração e gestão dos recursos eram (e ainda são) parte de uma minoria demográfica com interesses alinhados aos das sociedades europeias. Eram, portanto, estados independentes, mas ainda sociedades coloniais, e muito menos democráticas.

Esses elementos não podem ser retirados da análise quando se fala de combater o sistema mundial de poder capitalista, porque sem eles, o capitalismo não existiria, como não teriam sido formados os Estado-Nação modernos. Desta forma, não só a classe social, mas também as hierarquias entre os sexos-gêneros, a heterossexualidade compulsória e a invenção do conceito de raça, todos e ao mesmo tempo, são igualmente fundantes do sistema capitalista, da formação de Estados-Nação e da concepção de direitos, democracia e cidadania. É por esse motivo que as pessoas negras, indígenas, as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ constantemente são bloqueadas dos processos de tomada de decisão, dos espaços de poder e do lugar de enunciação. Trata-se de grupos sociais que, historicamente, foram (e ainda são) estigmatizados, tratados como inferiores, menos humanos e até não humanos⁵.

Rumos a epistemologias periféricas: o Paradigma da Potência, a pedagogia da convivência e lugares do erótico, do prazer e da festa

Tema central quando nos colocamos diante de qualquer questão social diz respeito ao processo de apreensão epistemológica dos fenômenos naturais e sociais. O grande desafio na construção dos estudos das ciências sociais é como construir uma perspectiva de apreensão dos fenômenos que não se dei-

⁵ Para mais sobre esse tema, veja Melino, 2020.

xe dominar pelos pressupostos hierárquicos, colonizatórios e eurocentrados que dominam os campos diversos de estudos dos campos sociais. Esses pressupostos são produzidos a partir das condições concretas de organização do poder socioeconômico, cultural e simbólico do mundo real. São históricos, apesar de serem des-historicizados, como argumentam Quijano (1988, 1990, 1992a, 1992b, 1993, 1997, 1998), Mignolo (1995, 2003, 2008, 2009), Dussel (1993, 1998, 2005)⁶, e muitas(os) outras(os) teóricos do que se compreende como “estudos descoloniais”. Para evitar a manutenção da racionalidade eurocêntrica, reconhecemos a urgência na construção de valores, princípios e referências conceituais que sustentem epistemologias outras. A que buscamos apresentar aqui definimos como uma Epistemologia Periférica.

A proposição dessa epistemologia se sustenta em alguns elementos centrais. O primeiro deles é o que denominamos de “Paradigma da potência” – o oposto do “paradigma da ausência”. Cabe salientar que a definição do termo paradigma que aqui usamos vai além de sua percepção, nos termos de Thomas Kuhn (2012), como um conjunto coerente de teorias e proposições conceituais afins sobre um conjunto de problemas científicos. Entendemos paradigma como a síntese de um conjunto de elementos integrados, que reúne teorias, representações, senso comum, valores e princípios. Logo, quando buscamos apreender um determinado objeto da realidade, nos colocamos diante dele como um ser integral, com todas as nossas características subjetivas, inserções sociais, perspectivas éticas, políticas, estéticas e ancestrais. Compreendemos

⁶ Trazemos como referência para essa sessão intelectuais do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade, por compreender que as construções desse grupo são muito pertinentes às realidades sociais brasileiras, uma vez que estamos no mesmo continente, a América. Participamos, portanto, do mesmo período colonizatório, ao qual esse grupo se refere como a “primeira etapa da modernidade”, iniciada em 1492, com a chegada dos espanhóis na América, ao mesmo tempo em que expulsavam os Mouros da Península Ibérica e surgia, a Espanha, como a primeira nação moderna (Dussel, 2005). Para conhecer mais sobre esse grupo, veja Melino (2020). Não são os únicos, certamente, que constroem giros descoloniais, reconhecemos a importância também de autoras(es) africanas(os), asiáticas(as), inclusive de europeias(eus), estadunidenses etc. que estão comprometidas(os) com a efetiva descolonização do mundo. Aqui trazemos apenas algumas linhas sobre as epistemologias periféricas, com as quais estamos trabalhando na UNIPeriferias e, certamente, parte desse trabalho implica/implicará em ampliação de debates. Reconhecemos a contingência das epistemologias periféricas, como sendo epistemologias descoloniais, dessa maneira, sabemos que essa será uma construção sempre em aberto.

esses aspectos como inseparáveis e como parte da construção conceitual que buscamos enunciar.

O *Paradigma da Potência* surge como contrapartida às simplórias classificações de territórios “desprovidos”, “desfavorecidos”, “desprivilegiados”, “pau-perizados”, “marginalizados”, “excluídos” ou “carentes”. É o poder inventivo das Periferias, que significa a capacidade de gerar respostas práticas e legítimas, as quais se configuram como formas contra-hegemônicas de vida em sociedade. Trata-se do reconhecimento da capacidade de construção dos grupos marcados pela desigualdade social e estigmatizados pela violência, que precisa ser tomado como referência para a construção do “Paradigma da Potência”, a partir do qual o estilo de vida (em vez de condições de vida) é reconhecido pelos termos que lhes são próprios (e não em comparação aos padrões hegemônicos presentes na cidade). Em outras palavras, os territórios populares e seus sujeitos devem ser valorizados pelas inventividades que contribuem para a vida urbana plena, não sendo depreciados como expressões da ausência e da privação, entre outras representações negativas, que operam como forças simbólicas na esfera pública para desvalorizar existências, reputações e demandas de direitos para esses territórios – modos de vida.

Como primeiro passo para sustentar o paradigma da potência proposto, entendemos como fundamental o desenvolvimento de formas permanentes de convivência que nos permitam aprender a compartilhar a cidade e a interagir no plano social, privado, político e público. Desse modo, colocamos em desafio os processos de não reconhecimento do outro, com os quais são fabricados monstros urbanos. Ao passo e ao mesmo tempo, com o devido respaldo, reconhecemos o conjunto de práticas, estéticas e estratégias provenientes das Periferias como sendo forma de resposta, autêntica, e indiscutivelmente legítima, às desigualdades urbanas. São respostas contra-hegemônicas de vida que são ignoradas, ou cuja compreensão limitada é dada, quando se propõe conceitualmente discutir o que os territórios, seus habitantes e os grupos sociais marginalizados são ou não são, diante do que é posto como “normal”, legal e formal na vigente produção do espaço urbano e da sociedade contemporânea.

Consideramos, não apenas a necessidade de afirmar vozes e favorecer as esferas de participação para que, na cidade, a democracia se expanda, mas também a necessidade de incorporar as dimensões simbólicas continuamente

ignoradas por parâmetros hegemônicos, os quais definem políticas, práticas e o exercício de direitos à cidade, à cidadania e a uma vida digna. Assim, o Paradigma da Potência ilustra o poder inventivo das Periferias, tanto geográficas, como corpóreas e subjetivas. Manifesta-se em estratégias inovadoras de existência e em soluções criativas na resolução de conflitos, assim como na produção cultural, no acúmulo de repertórios estéticos e em modos de trabalho e estilos de vida centrados em convivências plurais.

O Paradigma da Potência é construído, em nossa percepção, portanto, a partir de uma *Pedagogia da Convivência*. Os limites para a convivência na cidade e na sociedade são diversos e complexos, e seria necessário tempo para que mudanças estruturais estabelecessem um novo *habitus* social e novos códigos de vivência. Tensões podem não chegar a um fim, mas pode-se lidar com elas a partir de outro nível de sociabilidade. Consideramos que o desafio é, portanto, promover a cultura da convivência, com a qual diferenças, diversidades e conflitos são reconhecidos como dimensões fundamentais da interação humana e como *potências*. Podemos, com isso, preconizar o desenvolvimento de uma cultura, em termos de uma pedagogia da convivência, capaz de criar o modo pelo qual construímos a nós mesmas(os)(es) interagimos, promovemos mudanças e, acima de tudo, exercemos a experiência de viver em sociedade. A pedagogia proposta, em nossa compreensão, deve consistir em um aprendizado de vida, inserido na experiência social. Significa ter como pressuposto viver a sociedade em todas suas dimensões.

Nesse aspecto, percebemos que os sujeitos das favelas e periferias têm muito a ensinar. Construindo seus territórios a partir do enfrentamento do Estado e, muitas vezes, do Mercado, foram inventando formas que podemos definir como “orgânicas”, pois derivadas das próprias necessidades de garantir o direito de existir e de permanecer na cidade. Processos de construção comum dos equipamentos, serviços, acessos, espaços de cultura e produção econômica foram sendo estabelecidos. Formas coletivas de produção cultural e outra forma de entender e vivenciar o espaço considerado público foram experimentadas. Enquanto nos bairros formais a vida foi se individualizando e os espaços públicos foram se tornando apenas espaços de circulação, nas favelas e periferias a vida foi se fazendo intensa, com muitas experiências existenciais compartilhadas e formas diversas de busca comum das soluções para os problemas pessoais

e coletivos. Assim, a “pedagogia da convivência” aqui proposta não nasce de uma referência conceitual, a princípio, mas das dinâmicas de vida de sujeitos periféricos, nos territórios periféricos, e seu significado para a reconstrução de uma cidade em bases mais humanas, solidárias, igualitárias e justas.

A “pedagogia da convivência” se alinha com a “pedagogia crítica”, como proposto por Giroux (2012), a qual se refere às práticas educacionais que criam condições para produzir cidadãs e cidadãos críticas(os), autorreflexivas(os), conscientes e dispostas(os) a agir de forma socialmente responsável – postura central para a sobrevivência da democracia. Avançando na mesma direção, uma “pedagogia da convivência” deve abranger práticas existenciais e de vida em sociedade, as quais criem condições para produzir cidadãs e cidadãos dispostas(os) a viver e experienciar a vida social sob os princípios da solidariedade e do respeito às diferenças. Cidadãs(os) que estejam plenamente dispostas(os) a viver de forma solidária com o outro são capazes de se engajar em um virtuoso processo de humanidade e amor, o que contrasta com a “pedagogia da monstrualização”, a qual se preocupa com a formação de opiniões, valores e sentimentos com o objetivo de devastar, eliminar e hierarquizar as diferenças, ao invés de abraçá-las.

Fundamentalmente, compreendemos ser necessário conceber a cidade como espaço central para exercer uma experiência de aprendizado de vida rumo à convivência. Esse *com-viver* só é possível a partir do reconhecimento da Potência, do poder inventivo das favelas e das periferias urbanas, assim como dos grupos de pessoas socialmente estigmatizadas – o que implica (re) considerar a estética e o *habitus* social produzidos por esses territórios e pessoas, posto que têm servido de base para narrativas produzidas e reproduzidas pela “pedagogia da monstrualização”.

Como viemos discutindo, a rejeição estética e das formas de socialização das favelas e periferias tem sido utilizada para excluir tais territórios e seus habitantes da participação do debate urbano e político. Entretanto, e como contrapartida, os parâmetros e referências que moldam o projeto de urbanidade, em nossa concepção, devem incluir o poder inventivo das favelas e das periferias. As experiências singulares de moradia, vivência social, criação cultural e agenciamento político devem ser, por si, reconhecidas – e não contrastadas com referências normativas, sócio-políticas e simbólicas, que integram

um projeto antidemocrático de sociedade e de “monstros”. Exemplos desses “monstros” são o *funk* como não cultura; a favela como subnormal; pessoas negras como inferiores; jovens de periferia como criminosos; imigrantes como ameaças; indígenas como primitivos; mulheres como inaptas; LGBTQIA+ como perversos que “destroem” famílias.

Assim como se torna capaz de odiar, entendemos que a humanidade é capaz de amar – as fronteiras entre esses dois atos, em nossa percepção, são predominantemente sustentadas por ideias, palavras e sentimentos socialmente construídos. Em nossa compreensão, uma “pedagogia da convivência” é possível e sua missão é criar sinergias na sociedade e contestar qualquer forma de violência contra a humanidade. Isso não significa ignorar as desigualdades, conflitos e contradições; tampouco significa ignorar a opressão. Ao contrário, também buscamos colaborar em dar visibilidade a essas questões, ao colocar em discussão a necessidade de considerar, com mais rigor, os processos de espoliação sociossimbólica como força atuante na produção do espaço urbano e na moldagem da experiência de construção de subjetividade, bem como da interação humana.

Outro elemento central na Epistemologia periférica que propomos, é sua assumida parcialidade. Entendemos que a apreensão do mundo social é plural, de acordo com as proposições conceituais, éticas, políticas e estéticas que orientam os olhares dos sujeitos de saberes e fazeres. E essas proposições são construídas na relação entre as dimensões subjetivas desse sujeito e suas inserções sociais. Logo, a construção dos saberes tem, necessariamente, um caráter particular, tendo em vista as características do sujeito que pesquisa determinado tema. Assim, quando buscamos compreender a realidade de uma favela, por exemplo, o grau de inserção e vínculo que temos com sua história, com seus moradores, assim como nossa situação de classe, gênero, raça e sexualidade, influenciarão na percepção e conceitos que dela construímos. Nesse sentido, a representação da favela como um espaço de potência, por exemplo, foi muito pouco considerada pelos pesquisadores que classicamente se propuseram a estudá-la. Não por acaso, quase sempre oriundos de classes mais enriquecidas, brancos, cisgêneros e vinculados ao mundo universitário. Do mesmo modo, as instituições e os legisladores que definiram formalmente as favelas sempre as pensaram apenas a partir de suas

carências, precariedades, eventuais ilegalidades e como espaços destituídos de regras, normas e leis⁷.

Na escala internacional, os pensadores europeus e estadunidenses tenderam a pensar o “mundo periférico” na mesma lógica: como espaços dominados pela carência, pela precariedade e por um certo caráter “exótico” em suas práticas cotidianas. Neste caso, não se trata de uma posição mais conservadora ou mais progressista. Um belo exemplo é a invisibilidade da Revolução Haitiana no campo do pensamento europeu no início do século XIX. Tivemos ali uma revolução inédita, que reunia tanto a questão da luta republicana como a superação da escravidão. A primeira revolução republicana e racial da história⁸. Mas, ela, assim como o tema da escravidão, em geral, foi completamente ignorada por pensadores iluministas ou liberais, além de autores comprometidos com a revolução social como Marx, Engels e similares (BUCK-MORSS, 2017).

Uma terceira dimensão central na epistemologia que propomos é o entrelaçamento entre a produção do conhecimento e as dimensões políticas, éticas e estéticas. Com efeito, na epistemologia clássica e eurocentrada que nos acostumamos a exercitar, os sujeitos investigados seguem sendo vistos como “objetos de estudos”, sem serem considerados como responsáveis pelos conhecimentos que a respeito deles podem ser produzidos. Nesse sentido, consideramos que é uma necessidade ética e política que os sujeitos pesquisados sejam estabelecidos como sujeitos de conhecimento e tenham autoria nos processos de investigação que são desenvolvidos a seu respeito. Do mesmo modo que se pactuou no ambiente acadêmico que eles tenham o devido retorno dos estudos que são feitos a seu respeito. Em nossa nítida percepção, é preciso ir além do que já foi estabelecido até aqui neste campo.

No que diz respeito à dimensão estética, significa ir além das formas usuais de apreensão do real apenas a partir de um racionalismo cognitivista. Precisamos reconhecer a corporeidade dos sujeitos investigados e investigadores, de modo que os corpos falem e se façam visíveis no campo da pesquisa e sua

⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, principal órgão público de pesquisa do país, insere as favelas na definição de “aglomerado subnormal”. Na definição, cujo termo em si já revela um grau objetivo de estigmatização, não se apresenta sequer um indicador positivo. Os Planos diretores aprovados nas grandes cidades brasileiras seguem, em geral, a mesma premissa.

⁸ Para mais sobre a Revolução Haitiana, veja Desrosier (2022).

disseminação. Quando temos os corpos pesquisados presentes na pesquisa, através de diferentes linguagens artísticas e friccionadas às científicas, o grau de compreensão sobre a realidade que está sendo estudada amplia-se em profundidade, abrangência e sensibilidade. A partir desse mesmo pressuposto, também reconhecemos que somos corpos, mentes, espíritos – seres integrais – e que somos parte da natureza, não somos seres que existem para a explorar e destruir, pois a destruição da natureza, enquanto meio ambiente, é também a nossa própria destruição.

A epistemologia periférica que propomos tem, também, como premissa metodológica a permanente busca em desnaturalizar os fenômenos sociais e mostrar as formas como as desigualdades são reproduzidas. Temas como Racismo, Machismo/Misoginia, LGBTIfobia, Patrimonialismo institucional, Democracia e Sustentabilidade são transversais, devendo ser redefinidos e reinventados a partir dos interesses na melhora da qualidade de vida das pessoas periféricas e, por extensão, visando a superação das práticas capitalistas que se alimentam desse processo de reprodução da desigualdade, em plurais dimensões.

Cabe destacar que não entendemos que uma epistemologia periférica possa ser construída em uma posição antagônica em relação às epistemologias eurocentradas. Com efeito, o sentido maior na produção do conhecimento é a ampliação das possibilidades de atingir as diferentes camadas de “verdades” que subsistem na realidade. De acordo com nossa capacidade de integrar diversas formas de saber, de métodos e de conceitos poderemos ir mais longe nessa produção de conhecimentos que a humanidade tanto necessita para construirmos outro mundo social. A questão concreta que se coloca, portanto, é como podemos nos acercar mais e mais das inesgotáveis possibilidades de concretude da realidade social numa perspectiva que, não sendo neutra ou imparcial, é isenta em seu compromisso com a busca das “verdades” e comprometida com os cânones construídos no desenvolvimento do pensamento científico, tanto como com sua desconstrução.

Em se tratando de Brasil, quando pensamos na Potência das Periferias, sejam territórios geográficos, povos, culturas, corpos ou subjetividades, precisamos considerar o estilo de vida brasileiro, que é também direcionado pela força da alegria, do prazer e do brincar. Audre Lorde, poetisa negra estadu-

nidense-caribenha, fala do Erótico como poder que foi negado às mulheres negras em nossa sociedade, a partir da demonização de corpos e sensações, especialmente quando o racionalismo institui que o bom conhecimento é o pragmático/tecnocrático que não envolve paixões e emoções. Todas as pessoas temos aprendido a rejeitar a potência que o Erótico, o prazer em todos os aspectos de nossa vida, nos fornece, mas a autora nos lembra:

O erótico é um meio-termo entre o início de nossa consciência sobre nosso próprio ser e o caos de nossos sentimentos mais fortes. É uma sensação íntima de satisfação a qual, uma vez que a tenhamos vivido, sabemos que podemos almejar. Porque uma vez tendo vivido a completude dessa profundidade de sentimento e reconhecido seu poder, não podemos, *por honra e respeito próprio*, exigir menos que isso de nós mesmas. (LORDE, 1984, p. 54, grifo e tradução nossa)

Uma vez que conheçamos o poder do erótico em nossa vida, porque alcançamos o prazer que o erótico nos dá, torna-se questão de respeitar e honrar a nós mesmas(os)(es) não deixar que nossa vida não tenha no erótico um poder. Pela racionalidade eurocêntrica, no entanto, aprendemos que a boa epistemologia seria racional – em oposição à paixão e ao afeto –, objetiva – em oposição às subjetividades – e apolítica, em oposição a situar-se politicamente. Sabemos, no entanto, que essa racionalidade, objetividade e apoliticidade não passam de ficções que tentam esconder, mas não retiram, a generificação, a classe, a racialização e a ideologia supremacista e colonizatória das epistemologias hegemônicas.

Nossa escrita até aqui se materializa como experiência institucional na organização fundada por alguns dos autores do presente capítulo. A epistemologia periférica nos permite produzir iniciativas concretas que permitem a construção de novos paradigmas, na busca de construir uma cidade e uma humanidade plena. Apresentamos a seguir, portanto, alguns dos trabalhos que temos realizado a partir dessa concepção, reconhecendo que as epistemologias descoloniais não são apenas teorias, nem boas intenções, mas são também práticas cotidianas, são pressupostos, portanto, para as ações que conduzimos a partir da UNIPeriferias.

A UNIperiferias: sentido e estratégias

Com sede na favela da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, em atividade desde 2017, a UNIperiferias é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que contribui para a compreensão das formas, funções e processos que caracterizam os territórios periféricos, levando em conta as práticas sociais dos seus sujeitos e suas formas de inserção no mundo social. Nossos objetivos são formar e articular uma massa crítica de especialistas periféricos que contribua para difundir novas representações, metodologias, conceitos e práticas desses corpos e territórios, a partir do Paradigma da Potência.

Além disso, na UNIperiferias sistematizamos e difundimos metodologias e tecnologias sociais que ampliam as possibilidades dos sujeitos oriundos das periferias e o seu lugar político no mundo. A finalidade é fomentar um movimento Internacional das Periferias que articule pesquisadores associados, ativistas sociais e produtores culturais para a criação de processos colaborativos que ampliam os estudos e as proposições de políticas de desenvolvimento plural. Para alcançar esses objetivos, a UNIperiferias tem ambiente de pesquisa, de ensino e de aprendizagem, com cursos e formações em epistemologias periféricas, além de um programa de formação política nacional (Seja Democracia) e uma editora (Editora periferias). Com isso, a UNIperiferias cumpre o papel de estimular ações que garantam uma sociedade mais justa, democrática e livre.

As pesquisas realizadas pela UNIperiferias caminham no sentido da construção de narrativas a partir de epistemologias periféricas que reconheçam a potência das periferias e busquem dialogar com a pedagogia da convivência, conceitos que estão na base da motivação de construção da organização. A partir da discussão e elaboração de temas diversos, buscamos fazer a disputa de imaginário em uma sociedade que prioriza a normatividade, estigmatizando toda forma alternativa de vida e de construção de saberes como precárias e insuficientes. Fazemos isso a partir do reconhecimento de saberes e fazeres subalternizados interconectando relações de gênero, raça, sexualidade, território, nacionalidade, situação econômica e outros marcadores sociais da diferença. Reconhecemos a diversidade humana como uma potência em nossos fazeres e saberes.

O centro de formação política nacional que construímos chama-se *Seja Democracia*⁹, que tem por princípios: formar, organizar e agir. Com prioridade para jovens da periferia em todo o Brasil, o Seja Democracia se dedica a construir e disseminar conceitos, metodologias e tecnologias sociais que ampliam o lugar político e as possibilidades de sujeitos oriundos das periferias. Trabalhamos para construir uma agenda social e política que tenha como foco os interesses da grande maioria da população, em particular das populações negras.

A editora periferias¹⁰ publica a Revista *Periferias*¹¹ e obras sobre sujeitos das Periferias e de temáticas periféricas, com sua pluralidade de gêneros e expressões: ficção; não ficção; poesia; acadêmico; fotografia; quadrinhos – sempre na perspectiva de difundir as potências presentes em territórios populares. A editora é comprometida com a democratização da linguagem literária, por isso, conta com publicações de obras traduzidas para o português, inglês, espanhol, francês e creole haitiano.

Considerações finais

Compreendemos que existe uma urgente necessidade de mudança das práticas sociais, e, por extensão, da forma de produção de conhecimento, principalmente a partir do reconhecimento dos saberes e fazeres dos povos que historicamente foram expropriados e explorados e o são até hoje. Na UNIperiferias, portanto, apresentamos perspectivas contra-hegemônicas das ciências, desafiamos os pressupostos eurocêntricos de “conhecimento”, “saberes” e “razão”.

Reconhecemos a racionalidade eurocêntrica como um projeto de poder e buscamos “desaprender” e nos “deseducar” para propor novas epistemologias, novas metodologias e, sobretudo, novas racionalidades – novas formas de apreender e de pensar o mundo. Assim, todo conhecimento que produzimos e todas as formações que oferecemos, bem como toda nossa atuação social e política, partem de epistemologias e metodologias periféricas, que reconhecem as potências das periferias – territoriais e corpóreas. Apostamos na metodologia

⁹ Disponível em: <https://www.sejademocracia.com.br/>

¹⁰ Disponível em: <https://periferiasedita.com.br/>

¹¹ Disponível em: <https://revistaperiferias.org/>

da convivência e no diálogo a partir das diversidades humanas para garantir um mundo melhor e mais humanizado.

O Brasil é conhecido como um país de povo afetuoso e alegre, amigável, somos conhecidos como o país do samba, carnaval e futebol, mas não é só isso que temos aqui. Boi, Cavalo-marinho, Maracatu do Baque Virado, Maracatu Rural, Caboclinho, Frevo, Samba, Forró, Pagode, Funk, Brega, Techno Brega, para citar alguns, são “Brinquedos” da cultura espalhados por nosso país, que demonstram a potência de corpos, povos e culturas periféricas em se preservar vivas e se ‘re-originalizar’ (MIGNOLO, 2003).

As pessoas que participam dessas manifestações culturais chamam a si mesmas de Brincantes. E essas “brincadeiras”, esses Brinquedos, são levados e repassados com muita seriedade. São manifestações culturais sobreviventes ao extermínio europeu e ao imperialismo estadunidense, que, para existirem, ‘re-originalizaram’ a cultura que foi imposta com a chegada dos colonizadores. Ao invés de menosprezadas, deveriam ser reverenciadas porque sobreviveram, ‘re-existiram’.

Pensando em toda a riqueza e cor da cultura brasileira, que mistura manifestações indígenas, afro-brasileiras e europeias, não faz sentido por aqui insistir em epistemologias *cinzas* da racionalidade eurocêntrica. O potencial epistemológico dos saberes subalternizados demonstra os limites da epistemologia moderna. A “tradução” de culturas subentende que as culturas subalternizadas não têm a mesma qualidade de conhecimento/ciência e podem ser conhecidas pelas abordagens científicas da epistemologia ocidental. Uma vez reconhecido o potencial epistemológico de saberes marcados pela diferença colonial, no entanto, é possível articulá-los, tanto para substituir a lógica de dominação, quanto para lutar por novas formas de libertação.

Fazendo parte de um país que foi constituído no conflito da dominação colonial, temos um grande nó que aprisiona nosso debate atual, que é formado pelas questões da liberação social, de um lado, e das identidades, de outro. E temos condições de entrelaçar as lutas de liberação social com as lutas de identidades que, aliás, em nossa percepção, essa é a única forma possível de seguirmos rumo à utopia da descolonização, com a destruição completa de todos os efeitos da colonialidade do poder. Como nos lembra Quijano, a América Latina, por sua história peculiar, por seu lugar na trajetória da modernidade, é o território histórico mais apto para produzir a articulação entre

elementos que até agora andam separados. *A alegria da solidariedade coletiva e a de uma plena realização individual*. Não temos que renunciar a nenhuma delas porque ambas são nossas heranças genuínas. (QUIJANO, 1988, p. 68, grifos nossos)

Apesar da violência colonial, a resistência dos povos colonizados não foi completamente destruída, mais de 520 anos depois ainda há elementos vivos dessas culturas. Esses saberes, no entanto, passaram por longos processos de subalternização e para resgatar seu potencial emancipatório precisamos de novas epistemologias que criem interseções com os saberes contestatórios eurocêntricos, mas validem igualmente os saberes subalternizados, reconhecendo-os como pensamentos liminares a partir da diferença colonial. Não se trata de tentar resgatar autenticidades ou originalidades, mas de estratégias para a “re-originalização” de nossa cultura. Em toda a América Latina, mas em especial aqui no Brasil, que é onde estamos, a luta contra toda forma de exploração e de dominação precisa, necessariamente, passar pelo caminho de devolver a honra a tudo que foi desonrado pela racionalidade eurocêntrica. Temos uma riqueza cultural de resistência histórica que privilegia o riso e a diversão e não podemos nos cegar a isso. A potência das ruas brasileiras é colorida, é vibrante e festiva, até mesmo nas contestações, e uma epistemologia periférica certamente é aquela que busca, como recomenda Quijano (1988) devolver à festa seu espaço privilegiado na existência.

A epistemologia periférica é uma proposta que temos construído e que faz parte das epistemologias descoloniais. Como tal, segue viva e em construção permanente, inclusive porque, reconhecendo a parcialidade do que podemos ver como “real”, também reconhecemos nossas limitações, ao mesmo tempo que nosso potencial humano na (re)construção de propostas de modos de vida e organização social alternativos aos existentes hoje.

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. *Arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
 BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2003.
 BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
 BUCK-MORSS, Susan. *Hegel e o Haiti*. Ed. N-1, São Paulo, 2017.
 DESROSIER, Ismane. *Haiti: Porto Príncipe como espaço de exclusão*. Curitiba: Appris, 2022.

- DUSSEL, Enrique. “Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)”. *Boundary 2*, Durham, vol. 20, nº3, p. 65-76, 1993.
- DUSSEL, Enrique. Beyond Eurocentrism: the world system and the limits of modernity. In JAMESON, E. e MIYOSHI, M. (org) *The cultures of globalization*, p. 3 – 30. Durham: Duke University Press, 1998.
- DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e Eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Fernando Lannes. “Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade”. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, 2(3): 37-62, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité – la volonté de savoir*, Paris: Gallimard, 1976.
- GIROUX, H. *Youth in a suspect society*. Democracy or disposability? New York: Palgrave Macmillan. 2010.
- GIROUX, H. *On Critical Pedagogy*. Nova York: Continuum, 2011.
- GIROUX, H. *The Violence of Organised Forgetting*. Thinking beyond America’s disimagination machine. San Francisco: City Lights, 2014.
- HANCOCK, L. and Mooney, G. “Beyond the penal state: advanced marginality, social policy and anti-welfarism”. In: SQUIRES, P. and LEE, J. *Criminalisation and Advanced Marginality*. Critically Exploring the Work of Loïc Wacquant. Bristol: Policy Press. pp. 107-128, 2013.
- HALL, S. et al. *Representation*. Londres: Sage, 2013.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2012.
- LANDER, Edgardo. “Modernidad, colonialidad y Postmodernidad”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n. 4. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1997.
- LANDER, Edgardo. “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LORDE, Audre. *Sister Outsider* (org). Nova York: Ten Speed Press, 1984.
- LUGONES, Maria. “Heterosexualism and the colonial/modern gender system”. *Hypatia* vol. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- MELINO, Heloisa. *Potência das Ruas – Direito, linguagens e emancipação: processos de luta e o potencial transformador dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.
- MELINO, Heloisa. *Descolonialidade do poder, do saber e do ser*. Propostas epistemológicas para as ciências sociais e jurídicas, a partir da alegria das sabedorias populares brasileiras. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.
- MIGNOLO, Walter. *The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality and colonization*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- MIGNOLO, Walter. “Desobediência epistêmica”. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

- OYĒWŪMÍ, Oyérónké. *La invención de las mujeres: uma perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Trad. Alejandro Montelegno González. Bogotá: La Frontera, 2017.
- QUIJANO, Aníbal e WALLERSTEIN, Immanuel. "Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System", *International Social Sciences Journal*, n. 134, p. 549-557. Paris: UNESCO, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. "Modernidad, identidad y utopia en America Latina". *Ediciones Sociedad y Política*, Lima, 1988.
- QUIJANO, Aníbal. *Estética de la utopia*. Lima: Hueso húmero, n. 27, p. 32-42, 1990.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (org.). *Los conquistados*, p. 437-449. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992a.
- QUIJANO, Aníbal. (org.). *Los conquistados*, p. 437-449. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992a.
- QUIJANO, Aníbal "Raza', 'etnia', 'nación' en Mariátegui: cuestiones abiertas" em FORGUES, Roland (ed.) *José Carlos Mariátegui y Europa: La otra cara del descubrimiento*. Lima: Amauta, 1992b.
- QUIJANO, Aníbal. "América Latina em la economía mundial". In: *Problemas del desarrollo*, Vol. XXIV, n. 95, p. 43-59. México: UNAM, 1993.
- QUIJANO, Aníbal. "Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas". In: GONZÁLEZ, Helena y SCHMIDT, Heidulf. *Democracia para uma nueva sociedad* (modelo para armar). Caracas: Nueva Sociedad, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina". In: *Ecuador Debate*, n. 44, p. 227-238. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 1998.
- QUIJANO, Aníbal. "Coloniality of power and its institutions." In: 2ª. Conferência Anual Do Grupo de Trabalhos Sobre Colonialidade: Espaços Históricos de Práticas Disciplinares Coloniais: O Estado-Nação, A Família Burguesa E A Empresa. Binghamton University, 1999.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social." *Journal of world-systems research*, Santa Cruz, VI, 2, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I, p. 342-386, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RODGER, J. "Loïc Wacquant and Norbert Elias: advanced marginality and the theory of the de-civilising process". In: SQUIRES, P. and LEE, J. *Criminalisation and Advanced Marginality*. Critically Exploring the Work of Loïc Wacquant. Bristol: Policy Press. pp. 87-106, 2013.
- SILVA, Jailson de Souza. *Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos*. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF, Território. Territórios. Niterói: EdUFF, 2002.
- SILVA, Jailson de Souza & BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: Alegria e Dor da Cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro. SENAC/ X-Brasil, 2005.
- SILVA, Jailson de Souza et al. *Escape Routes*. A study on adolescents and youths involved in drug trafficking in Rio de Janeiro: Observatório de Favelas; International Labour Organization, Brasília; Geneva, 2009.
- SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz & SIMÃO, Mário Pires. *A favela reinventa a cidade*. Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.
- SOUZA, M L. "Social movements in the face of criminal power. The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles", *City*, 13, 1: 26-52, 2009.

- SCHULLER, Kyla. *The biopolitics of feelings: race, sex and science in the nineteenth century*. Durham: Duke University Press, 2017.
- TYLER, I. *Revolting Subjects*. Social abjections and resistance in neoliberal Britain. Londres: Zed Books, 2003.
- WACQUANT, Loick. "Urban Marginality in the coming millennium". *Urban Studies* 36(10): 1639-47, 1999.
- WACQUANT, Loick. *Os Condenados da Cidade*. Estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- WACQUANT, Loick. *Urban Outcasts*. A comparative sociology of advanced marginality. Cambridge: Polity, 2008.
- WACQUANT, Loick. "Crafting the neoliberal state. Workfare, prisonfare and social insecurity". *Sociological Forum*, 25(2): 197-220, 2010.